

é um imperador constitucional e não o nosso dono. Ele é um cidadão que é imperador por favor nosso e chefe do poder executivo, mas nem por isso autorizado a arrogar-se e usurpar poderes que pertencem à nação. (. . .) Os habitantes do Brasil desejam ser bem governados, mas não submeter-se ao domínio arbitrário”(38).

A Constituinte instalou-se a 3 de maio de 1823 e seus membros demonstraram logo que encaravam com extrema seriedade a missão que lhes incumbia, dentro da diversidade de tendências imediatamente surgida: as primeiras discussões foram a respeito dos limites de seu poder e da colocação do trono imperial no recinto das sessões. O conflito fora trazido no próprio discurso de abertura, quando o imperador repetira a ressalva levantada na coroação: “juro defender a Constituição que está para ser feita, se for digna do Brasil e de mim”. Ora, a Constituinte não poderia deixar de tomar conhecimento das violências que se vinham cometendo desde outubro de 1822, prisões, deportações, espionagem policial, restrições à liberdade de imprensa. Nas discussões, a crítica ao governo, e ao próprio imperador, seria inevitável. O ambiente de insegurança era tal que alguns deputados não tinham podido empossar-se. Ledo deixara-se ficar em Buenos Aires; Cipriano Barata no Recife, o que não o salvou da prisão. Não havia terminado ainda a primeira semana de sessões e, a 9 de maio, aparecia projeto de “plena e completa anistia” a todos aqueles que, direta ou indiretamente, estivessem “presos, ausentes ou expatriados”.

José Martiniano de Alencar, defendendo o projeto, descreveria a situação em cores sombrias: “Desde 30 de outubro do ano passado, a marcha dos negócios públicos não é serena nem regular. O governo tem tomado medidas violentas e anticonstitucionais; tem-se prendido homens sem culpa formada; tem-se deportado outros, abrindo-se uma devassa não só na Corte como pelas províncias, que nada menos é que uma inquisição política; a liberdade de imprensa está quase acabada, se não de direito, ao menos de fato. O Rio de Janeiro, de onde saíram tantos papéis liberais até aquela data, está hoje reduzido ao *Diário das Vendas*, ao do *Governo* e ao *Espelho*. Os escritores de maior nomeada estão deportados ou presos; os espíritos, aterrados; muita gente, timorata e vacilante; teme-se, desconfia-se do despotismo; e o desgosto é geral, finalmente; até mesmo os estrangeiros que estão entre nós parecem reconhecer e sentir esta verdade: num destes dias, dois ingleses, aliás homens de bem, amigos do Brasil e muito da liberdade de todos os povos, me disseram em minha casa, em confiança de amizade: Senhor, na sua pátria não há agora liberdade; a

(38) J. Armitage: *História do Brasil*, S. Paulo, 1914, pág. 238.